



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –
Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981
E-mail: conade@mdh.gov.br

Ata da 134ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)

Data: 13/09/2023 a 15/09/2023

1 Nos dias treze, quatorze e quinze de setembro de dois mil e vinte e três, foi realizada a 134ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a
3 Coordenação da Conselheira Titular Anna Paula Feminella, Presidente do CONADE e
4 representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da
5 Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros/as
6 Titulares e Suplentes – Dia 13/09/2023 - Manhã: Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos,
7 Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheira Suplente Angela
8 Maria de Sousa Bezerra, Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular Anna Paula Feminella,
9 Presidente do CONADE e representante do Ministério dos Direitos Humanos e
10 Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD);
11 Conselheiro Suplente Antonio José do Nascimento José do Nascimento Ferreira, Representante do
12 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/ Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com
13 Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheira Titular Carla Ramos, Representante do Ministério das
14 Mulheres (MM); Conselheira Suplente Cintia Bastos Bemerguy, Representante do Ministério do
15 Trabalho e Emprego; Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização
16 Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante
17 da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiências do Brasil (FCD/BR); Conselheira Suplente
18 Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Suplente
19 Falk Soares Ramos Ferreira, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheiro Titular
20 Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Titular

21 Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro
22 Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações
23 Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Ludymilla dos Santos Chagas, Representante
24 do Ministério das Comunicações; Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da
25 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Márcia
26 Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheiro Titular Paulo Rogério
27 Tadros, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
28 (CNC); Conselheira Suplente Rita de Cassia Santos de Santana, Representante da Associação
29 Brasileira de Saúde Coletiva; Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da
30 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da
31 Comunidade (APABB); Conselheiro Suplente Thiago Oliveira da Silva, Representante do
32 Ministério das Comunicações. Ausências justificadas – Dia 13/09/2023 – Manhã: Conselheiro
33 Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças
34 Raras (FEBRARARAS); Conselheira Titular Cristina Farias, Representante do Ministério das
35 Cidades; Conselheira Titular Camilla de Vilhena Bemergui, Representante do Ministério do
36 Trabalho e Emprego; Conselheira Titular Débora Nogueira Beserra, Representante da Casa Civil;
37 Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos
38 e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);
39 Conselheiro Titular Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior, Representante do Ministério da
40 Cultura (MinC); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização
41 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos
42 Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
43 (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante da Organização
44 Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente Rafael da Silva Maximimiano,
45 Representante do Ministério da Cultura (MinC); Conselheiro Suplente Rogério Vilela Borges
46 Andrade Franco, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Acompanhantes:
47 Décio Gomes Santiago Filho (FCD); João Carlos Gonçalves (ONCB); Luciene Cardoso Costa Nery
48 (FENAPESTALOZZI); Priscila Nogueira (ONEDEF). Dia 13/09/2023 – Tarde: Conselheiro Titular
49 Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES);
50 Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra, Representante do Retina Brasil; Conselheira
51 Titular Anna Paula Feminella, Presidente do CONADE e representante do Ministério dos Direitos

52 Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
53 (MDHC/SNDPD); Conselheira Titular Carla Ramos, Representante do Ministério das Mulheres
54 (MM); Conselheira Suplente Cintia Bastos Bemerguy, Representante do Ministério do Trabalho e
55 Emprego (TEM); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério
56 da Saúde (MS); Conselheiro Suplente Dylson Ramos Bessa Júnior, Representante da Organização
57 Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheiro Suplente Falk
58 Soares Ramos Moreira, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheira Titular Jô
59 Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro
60 Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações
61 Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Suplente Luís Maurício Alves dos Santos,
62 Representante do Ministério do Esporte; Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates,
63 Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira
64 Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheira Titular
65 Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares,
66 Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho
67 Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro Titular Paulo
68 Rogério Tadros, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e
69 Turismo (CNC); Conselheira Suplente Rita de Cassia Santos de Santana, Representante da
70 Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale
71 Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários
72 do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas,
73 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à
74 Fome (MDS). Ausências justificadas – 13/09/2023 – Tarde: Conselheira Titular Adriana Nemer
75 Afonso, Representante do Ministério das Cidades (MCID); Conselheira Titular Adriana Rodrigues
76 Martins, Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Conselheiro Titular Antoine
77 Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
78 (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Aline Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério
79 da Cultura (MinC); Conselheira Titular Camilla de Vilhena Bemergui, Representante do Ministério
80 do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante do
81 Retina Brasil; Conselheiro Titular Fabio Augusto Lima de Araújo, Representante do Ministério do
82 Esporte (ME); Conselheiro Titular Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior, Representante do

83 Ministério da Cultura (MinC); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da
84 Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheira
85 Titular Isadora Carvalho de Oliveira, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e
86 Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD);
87 Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das
88 Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Louise Borges Branco,
89 Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Conselheiro Titular Marcio Castro
90 Aguiar, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheira Nathalie
91 Bulcão Gonzales, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro
92 Suplente Rogério Vilela Borges Andrade Franco, Representante do Ministério da Ciência,
93 Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Suplente Thiago Oliveira da Silva, Representante do
94 Ministério das Comunicações (MCOM). Observadores: Camila Tapia, Representante do Conselho
95 Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo (CEAPcD/SP); Graziela de Castro
96 Oliveira Gualberto, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Letícia Farias
97 Françoso, Representante do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo
98 (CEAPcD-SP); Nayara Falcão, Representante da Secretaria Nacional de Paradesporto do
99 Ministério do Esporte (SNPAR/MEsp); Niusarete Margarida de Lima, Representante da Secretaria
100 Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
101 Combate à Fome (SNAS/MDS); Pablo Rafael Coêlho Antunes, Representante da Casa Civil da
102 Presidência da República (CC); Sérgio, Representante da Secretaria Nacional de Paradesporto do
103 Ministério do Esporte (SNPAR/MEsp); Thiago Oliveira, Representante do Ministério das
104 Comunicações. Acompanhantes: Décio Gomes Santiago Filho (FCD); João Carlos Gonçalves
105 (ONCB); Luciene Cardoso Costa Nery (FENAPESTALOZZI); Priscila Nogueira (ONEDEF).
106 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes – Dia 14/09/2023 – Manhã:
107 Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs
108 (FENAPAES); Conselheira Suplente Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do
109 Ministério das Cidades (MCID); Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra
110 Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular Carla Ramos, Representante do Ministério das
111 Mulheres (MM); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação
112 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheira Suplente Cintia Bastos
113 Bemerguy, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Suplente

114 Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB);
115 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e
116 Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago Representante da Fraternidade
117 Cristã de Pessoas com Deficiências do Brasil (FCD/BR); Conselheira Suplente Denise Maria
118 Rodrigues Costa, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Suplente Dylson Ramos
119 Bessa Júnior, Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência
120 Física (ONDEF); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados
121 do Brasil (OAB); Conselheiro Titular Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito,
122 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);
123 Conselheira Titular Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams
124 (ABSW); Conselheiro Suplente Luís Maurício Alves dos Santos, Representante do Ministério do
125 Esporte (ME); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação
126 Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Marcia Adão,
127 Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge
128 Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores
129 de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante
130 da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro Titular Paulo Rogério Tadros,
131 Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
132 Conselheira Suplente Rita de Cassia Santos de Santana, Representante da Associação Brasileira de
133 Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da
134 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da
135 Comunidade (APABB); Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas, Representante do Ministério do
136 Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Ausências
137 justificadas – Dia 14/09/2023 – Manhã: Conselheira Titular Adriana Nemer Afonso, Representante
138 do Ministério das Cidades (MCID); Conselheira Titular Anna Paula Feminella, Presidente do
139 CONADE e representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos
140 Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher,
141 Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS);
142 Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da RETINA BRASIL; Conselheiro
143 Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas
144 com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheira Titular Isadora Carvalho de Oliveira,

145 Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Conselheira Suplente
146 Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças
147 Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante da Organização
148 Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente Rogério Vilela Borges Andrade
149 Franco, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro
150 Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação Nacional das APAEs
151 (FENAPAES). Observadores: Anna Karla da Silva Pereira, Representante do Ministério dos
152 Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Claudionor Araújo; Débora Vieira, Representante do
153 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Iracema Oliveira de Azevedo; Jennifer
154 Corrêa; Letícia Farias Françoso, Representante do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com
155 Deficiência de São Paulo (CEAPcD/SP); Rafaela Seixas Fontes, Representante do Ministério das
156 Relações Exteriores (MRE); Thiago Oliveira, Representante do Ministério das Comunicações
157 (MCOM); Zozimo Raimundo. Acompanhantes: Décio Gomes Santiago Filho (FCD); João Carlos
158 Gonçalves (ONCB); Luciene Cardoso Costa Nery (FENAPESTALOZZI); Priscila Nogueira
159 (ONEDEF). Dia 14/09/2023 – Tarde: Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos,
160 Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheira Suplente Amanda
161 Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do Ministério das Cidades (MCID); Conselheira
162 Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular Anna
163 Paula Feminella, Presidente do CONADE e representante do Ministério dos Direitos Humanos e
164 Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD);
165 Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira, Representante do Ministério dos Direitos
166 Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
167 (MDHC/SNDPD); Conselheira Titular Carla Ramos, Representante do Ministério das Mulheres
168 (MM); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de
169 Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheira Suplente Cintia Bastos Bemerguy,
170 Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Suplente Clóvis Alberto
171 Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular
172 Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);
173 Conselheiro Titular Décio Nascimento Guimarães, Representante do Ministério da Educação
174 (MEC); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério da Saúde
175 (MS); Conselheiro Suplente Dylson Ramos Bessa Júnior, Representante da Organização Nacional

176 de Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONDEF); Conselheiro Suplente Falk Soares
177 Ramos Moreira, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheiro Suplente Francisco
178 Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos
179 Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Titular Conselheiro
180 Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações
181 Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Jô Nunes, Representante da Associação
182 Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro Suplente Luís Maurício Alves dos
183 Santos, Representante do Ministério do Esporte (ME); Conselheiro Titular Magno Prado Gama
184 Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS);
185 Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
186 Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da
187 Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular
188 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA);
189 Conselheira Titular Nathalie Bulcão Gonzales, Representante do Ministério da Justiça e Segurança
190 Pública (MJSP); Conselheira Suplente Rita de Cassia Santos de Santana, Representante da
191 Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale
192 Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários
193 do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas,
194 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à
195 Fome (MDS). Ausências justificadas – Dia 14/09/2023 – Tarde: Conselheira Titular Adriana Nemer
196 Afonso, Representante do Ministério das Cidades (MCID); Conselheira Titular Adriana Rodrigues
197 Martins, Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Conselheira Suplente Aline
198 Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Conselheiro Titular Antoine
199 Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
200 (FEBRARARAS); Conselheira Titular Camilla de Vilhena Bemergui, Representante do Ministério
201 do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da
202 RETINA BRASIL; Conselheiro Titular Fabio Augusto Lima de Araújo (Ministério do Esporte);
203 Conselheiro Titular Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior, Representante do Ministério da
204 Cultura (MINC); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização
205 Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheira Suplente
206 Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças

207 Raras (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Louise Borges Branco, Representante do Ministério
208 das Relações Exteriores (MRE); Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante da
209 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente Rogério Vilela Borges
210 Andrade Franco, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
211 Conselheiro Suplente Thiago Oliveira da Silva, Representante do Ministério das Comunicações
212 (MCOM); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação
213 Nacional das APAEs (FENAPAES). Observadores: Ana Paula Batista, Representante do
214 Movimento Ostimizados do Brasil (MOBR); Claudionor Araújo (CPD Pará); Daiane (SNDPDD);
215 Fernanda Luísa de M. Cardoso, Representante do Ministério da Educação (MEC); Matheus de
216 Albuquerque, Representante do Movimento Ostimizados do Brasil (MOBR); Graziela de Castro O.
217 Gualberto, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Nayara Falcão,
218 Representante do Ministério do Esporte (ME); Thiago Oliveira, Representante do Ministério das
219 Comunicações; William F. da Cunha, Representante do Movimento Ostimizados do Brasil
220 (MOBR). Acompanhantes: Décio Gomes Santiago Filho (FCD); João Carlos Gonçalves (ONCB);
221 Luciene Cardoso Costa Nery (FENAPESTALOZZI); Priscila Nogueira (ONEDEF). Estiveram
222 presentes os seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes – Dia 15/09/2023 – Manhã:
223 Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs
224 (FENAPAES); Conselheira Suplente Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do
225 Ministério das Cidades (MCID); Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra
226 Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular Anna Paula Feminella, Presidente do CONADE
227 e representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos
228 da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheira Titular Carla Ramos, Representante do
229 Ministério das Mulheres (MM); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da
230 Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheira Suplente Cintia
231 Bastos Bemerguy, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro
232 Suplente Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil
233 (ONCB); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia
234 e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago Representante da
235 Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiências do Brasil (FCD/BR); Conselheira Suplente
236 Deusina Lopes da Cruz, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência
237 Social, Família e Combate à Fome (MDS); Conselheiro Suplente Dylson Ramos Bessa Júnior,

238 Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONDEF);
239 Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos
240 e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);
241 Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
242 Conselheiro Titular Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação
243 Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Jô Nunes,
244 Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro Suplente
245 Luís Maurício Alves dos Santos, Representante do Ministério do Esporte (ME); Conselheiro Titular
246 Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos
247 Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos
248 Trabalhadores (UGT); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira,
249 Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG);
250 Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de
251 Autismo (ABRA); Conselheira Titular Nathalie Bulcão Gonzales, Representante do Ministério da
252 Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Titular Paulo Rogério Tadros, Representante da
253 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Conselheira Suplente
254 Rita de Cassia Santos de Santana, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva
255 (ABRASCO). Ausências justificadas – Dia 15/09/2023 – Manhã: Conselheiro Titular Antoine
256 Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
257 (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação
258 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da
259 Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física
260 (ONDEF); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação
261 Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Louise
262 Borges Branco, Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Conselheiro Titular
263 Marcio Castro Aguiar, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB);
264 Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e
265 Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade
266 (APABB); Conselheiro Suplente Rogério Vilela Borges Andrade Franco, Representante do
267 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves
268 Saltorato, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES). Observadores: Camila

269 Tapia, Representante do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo
270 (CEAPCD/SP); Graziela de Castro Oliveira Gualberto, Representante da Federação Nacional das
271 APAEs (FENAPAES); Jacqueline Sales, Representante da Federação Nacional das Associações
272 Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Letícia Farias Françoso, Representante do Conselho Estadual da
273 Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo (CEAPCD/SP); Luísa Ferreira Bittencourt,
274 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Luiz
275 Carlos Costa (INTERSINDICAL); Maria Cleidemar Queiroz da Cruz, Representante da Central
276 Única dos Trabalhadores (CUT); Paulo Tadros, Representante da Confederação Nacional do
277 Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Ricardo Tibaes, Representante da Federação
278 Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI). Acompanhantes: Décio Gomes
279 Santiago Filho (FCD); João Carlos Gonçalves (ONCB); Luciene Cardoso Costa Nery
280 (FENAPESTALOZZI); Priscila Nogueira (ONEDEF). Dia 15/09/2023 – Tarde: Conselheiro Titular
281 Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES);
282 Conselheira Suplente Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do Ministério das
283 Cidades (MCID); Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra Representante da Retina
284 Brasil; Conselheira Titular Anna Paula Feminella, Presidente do CONADE e representante do
285 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com
286 Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira, Representante do
287 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com
288 Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheira Titular Carla Ramos, Representante do Ministério das
289 Mulheres (MM); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação
290 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheira Suplente Cintia Bastos
291 Bemerguy, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Suplente
292 Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB);
293 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e
294 Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade
295 Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheiro Titular Décio Nascimento
296 Guimarães, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheira Suplente Denise Maria
297 Rodrigues Costa, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheira Suplente Deusina Lopes
298 da Cruz, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e
299 Combate à Fome (MDS); Conselheiro Suplente Dylson Ramos Bessa Júnior, Representante da

300 Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONDEF); Conselheiro
301 Suplente Falk Soares Ramos Moreira, Representante do Ministério da Educação (MEC);
302 Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
303 Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das
304 Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Jô Nunes, Representante da
305 Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro Suplente Luís Maurício
306 Alves dos Santos, Representante do Ministério do Esporte (ME); Conselheiro Titular Magno Prado
307 Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
308 (FENEIS); Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores
309 (UGT); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da
310 Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular
311 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA);
312 Conselheira Titular Nathalie Bulcão Gonzales, Representante do Ministério da Justiça e Segurança
313 Pública (MJSP); Conselheira Suplente Rita de Cassia Santos de Santana, Representante da
314 Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale
315 Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários
316 do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB). Ausências justificadas – Dia 15/09/2023 – Tarde:
317 Conselheira Titular Adriana Nemer Afonso, Representante do Ministério das Cidades (MCID);
318 Conselheira Titular Adriana Rodrigues Martins, Representante do Ministério das Relações
319 Exteriores (MRE); Conselheira Suplente Aline Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério
320 da Cultura; Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das
321 Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheira Titular Camilla de Vilhena
322 Bemergui, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Titular Carlos
323 Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais
324 (CBDV); Conselheiro Titular Fabio Augusto Lima de Araújo, Representante do Ministério do
325 Esporte; Conselheiro Titular Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior, Representante do Ministério
326 da Cultura; Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de
327 Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONDEF); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos
328 Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
329 (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Louise Borges Branco, Representante do Ministério das
330 Relações Exteriores (MRE); Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante da

331 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente Rogério Vilela Borges
332 Andrade Franco, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
333 Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas, Representante do Ministério do Desenvolvimento e
334 Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Observadores: Camila Tapia, Representante
335 do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo (CEAPCD/SP); Letícia
336 Farias Françoso, Representante do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado de São
337 Paulo (CEAPCD/SP); Maria Cleidemar Queiroz da Cruz, Representante da Central Única dos
338 Trabalhadores (CUT). Acompanhantes: Décio Gomes Santiago Filho (FCD); João Carlos
339 Gonçalves (ONCB); Luciene Cardoso Costa Nery (FENAPESTALOZZI); Priscila Nogueira
340 (ONEDEF).

341

342 **ABERTURA 13/09/2023:** A Presidente Ana Paula Feminella iniciou a reunião cumprimentando a
343 todos. Em seguida, informou a pauta composta por: Dia 13/09/2023: 09h – Reunião da Presidência
344 Ampliada; 10h – Reunião das Comissões Organizadora da V Conferência Nacional; 12h – Almoço;
345 14h – Instalação do Plenário; 14h10 – Aprovação da ATA da 133ª Reunião Ordinária e da Pauta;
346 14h15 – Funcionamento das Comissões Permanentes; 15h – Reunião das Comissões Permanentes;
347 17h – Encerramento. Dia 14/09/2023: 09h - Instalação do Plenário; 09h15 – Participação Social e
348 Diversidade – Anna Karla da Silva Pereira – Assessora de Participação Social e Diversidade do
349 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; 10h15 – Intervalo; 10h30 – Palestra sobre
350 Assédio Moral – Integridade do papel do Conselheiro – Debora de Moura Pires Vieira –
351 Coordenadora da Assessoria Especial de Controle Interno; 12h – Almoço; 14h - Instalação do
352 Plenário; 14h15 - Informes da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 14h45 –
353 Viver sem Limite 2 – Antonio José – Coordenador de Relações Institucionais; 15h15 – Intervalo;
354 15h30 – Informes do GT da Avaliação Unificada da Deficiência – Naira Gaspar –Diretora dos
355 Direitos da Pessoa com Deficiência; 16h - Encaminhamentos; 16h30 – Encerramento. Dia
356 15/09/2023: 09h – Instalação do Plenário; 09h15 - Apresentação da Fenapestalozzi; 09h45 - Passe
357 Livre – Rossiele Formiga – Coordenadora do Passe Livre; 10h30 – Apresentação do Relatório da
358 Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF; 10h45 – Apresentação do Relatório da
359 Comissão de Comunicação Social - CCS; 11h - Apresentação do Relatório da Comissão de
360 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e
361 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC; 11h15 - Apresentação do Relatório da Comissão de

362 Articulação de Conselhos – CAC; 11h30 - Apresentação do Relatório da Comissão de Defesa e
363 Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP; 11h45 - Apresentação do Relatório da
364 Comissão de Políticas Públicas – CPP; 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h30 -
365 Apresentação das Comissões Temáticas da V Conferência Nacional; 15h30 – Encerramento. Com
366 relação a ata, não houve questionamentos. Na sequência, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira
367 solicitou que os informes constassem no início das atividades. Diante do exposto, a Presidente Ana
368 Paula Feminella recomendou a inclusão dos informes gerais na pauta do dia seguinte às 09:45.
369 Iniciada a votação sobre a pauta, a pauta foi aprovada por unanimidade. Logo após, com relação a
370 discussão sobre o Funcionamento das Comissões Permanentes, a Presidente Ana Paula Feminella
371 citou a Resolução nº 1, de 20 de julho de 2022, artigo nº 33, que informa como comissões:
372 “*Comissão de Políticas Públicas (CPP), Comissão de Orçamento e Finanças Públicas (COF),*
373 *Comissão de Articulação de Conselhos (CAC), Comissão de Comunicação Social (CCS), Comissão*
374 *de Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência*
375 *e da Lei Brasileira de Inclusão (CMC), Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas*
376 *com Deficiência (CDP)”*. Ato seguinte, citou as atribuições de cada comissão. Cientificou que a
377 Comissão de Políticas Públicas é coordenada pela Conselheira Jô Nunes e tem como apoio
378 administrativo a Sra. Rosilene Cândida, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas (COF) é
379 coordenada pelo Conselheiro Décio Gomes Santiago e tem como apoio administrativo a Sra. Rani, a
380 a Comissão de Comunicação Social (CCS) é coordenada pela Conselheira Ludymilla dos Santos
381 Chagas, a Comissão de Articulação de Conselhos (CAC) é coordenada pela Presidente Ana Paula
382 Feminella, tendo como apoio a Sra. Izana Aparecida Barbosa, e a Comissão de Acompanhamento e
383 Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de
384 Inclusão (CMC) é coordenada pelo Conselheiro Joelson Costa Dias e tem como apoio
385 administrativo a Sra. Jacqueline. Adicionou que a Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das
386 Pessoas com Deficiência (CDP) possui como coordenador o Conselheiro Adinilson Marins dos
387 Santos e como apoio administrativo a Sra. Rayane. Ato contínuo, esclareceu que os requerimentos
388 serão autuados pela secretaria-executiva, que podem ser discutidos assuntos com maior
389 profundidade e registrou a presença da presidência e vice-presidência do Conselho Estadual para
390 Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Ato seguinte, a Conselheira Angela Maria de
391 Sousa Bezerra se candidatou a Comissão de Comunicação Social e sugeriu o fornecimento de
392 *internet* durante as reuniões. A Sra. Izana Aparecida Barbosa recomendou solicitar o acesso no

393 local. A Conselheira Nayara Falcão destacou a importância de auxiliar a comunidade surda, e da
394 união de considerar cada singularidade. Anunciou que será transmitida uma solenidade no Youtube
395 às 18h30 hoje e que receberam R\$ 1.800.000,00 de recursos e dentro desse valor, R\$200.000,00
396 foram destinados para as Surdolimpíadas. Na sequência, a Presidente Ana Paula Feminella
397 discorreu sobre a importância de estudar as mudanças para pessoas com deficiência e de realizar o
398 letramento antipacifista. **ENCERRAMENTO – DIA 13/09/2023:** A reunião foi encerrada.
399 **ABERTURA - DIA 14/09/2023 - Manhã:** O Conselheiro Décio Gomes Santiago iniciou a reunião.
400 Na sequência, a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra manifestou condolências à família da
401 Sra. Marta Almeida. Após a confirmação do quórum, a Sra. Anna Karla da Silva Pereira iniciou a
402 apresentação sobre a Participação Social e Diversidade. A Sra. Anna Karla da Silva Pereira
403 discorreu sobre a Assessoria de Participação Social e Diversidade, afirmou que se trata de um cargo
404 novo que visa ampliar a participação da sociedade civil. Adicionou que se pretende ter um diálogo
405 interministerial para pensar em políticas públicas direcionadas a diversidade e salientou que as
406 organizações podem dialogar com o Ministério. Arrazoou que o cargo pertence ao Ministério dos
407 Direitos Humanos e da Cidadania e que trabalharam com o Ministério dos Esportes e a Secretaria
408 Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari questionou
409 como estão sendo discutidas estratégias para impulsionar uma maior participação do governo nos
410 espaços de controle social e sobre a possibilidade de ter um decreto para participação social. A Sra.
411 Anna Karla da Silva Pereira respondeu que a estrutura da secretaria está em processo de formação e
412 que se espera nos próximos anos a criação de uma estrutura profunda. Asseverou que existe uma
413 secretaria de participação social e uma assessoria direcionada ao movimento social. Complementou
414 que realizaram oficinas na Escola Nacional de Administração Pública e que estão participando de
415 eventos. Lembrou que ontem foi divulgada a Campanha do Plano Safra e ponderou que esperam
416 que todas as Assessorias de Comunicação consigam dialogar com as Assessorias de Participação.
417 Logo após, a Sra. Izana Aparecida Barbosa Figueira indagou se conseguem mapear se está sendo
418 garantida a indicação de delegados com deficiência nas eleições. A Sra. Anna Karla da Silva Pereira
419 respondeu que houve uma reunião na Secretaria-Geral da Presidência da República em que foram
420 convidados todos os conselhos para discutir a construção das conferências para garantir a
421 participação ampliada. O Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos declarou que buscam
422 recursos e que é necessário organizar e qualificar as lideranças. Cientificou que o Comitê Brasileiro
423 de Clubes tem práticas direcionadas ao paradesporto. Em seguida, foi enfatizado que o Comitê

424 Paralímpico Brasileiro pretende ter mais de 500 centros de referência no Brasil. Logo após, foi
425 destacado que 73% dos municípios não possuem nenhuma prática esportiva de paradesporto. Com a
426 palavra, o Conselheiro Joelson Costa Dias solicitou o encaminhamento a Secretaria do Conade das
427 diretrizes ou definição de diretrizes, especificamente no ministério e na assessoria para garantir a
428 interseccionalidade e acompanhar o trabalho realizado. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira
429 ressaltou a importância de envolver jovens que compreendam a importância de participar de uma
430 conferência nacional. O Conselheiro Dylson Ramos Bessa Júnior questionou se existe um
431 observatório para acompanhar as entidades. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra sugeriu
432 verificar as normativas, ações realizadas, produzir materiais, cartilhas, ter uma parceria com o
433 Ministério da Educação para as escolas, principalmente para a educação básica e colocar as ações
434 realizadas pelo ministro no *site* do ministério. A Sra. Anna Karla da Silva Pereira respondeu que a
435 assessoria não executa as ações do ministério e que a sugestão da Conselheira Angela Maria de
436 Sousa Bezerra poderá ser encaminhada à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa
437 com Deficiência. Adicionou informando que existe o diálogo interministerial, que atualmente
438 muitas pessoas com deficiência estão sendo nomeadas e que podem se reunir posteriormente com
439 todos os assessores de participação social. Reiterou que participam de vários órgãos, que não
440 possuem um observatório, mas que se propõe construir uma base de dados com os dados reunidos
441 para realizar o mapeamento. No que concerne as conferências, noticiou que foi realizada uma
442 reunião com os conselhos e argumentou que as diretrizes devem ser criadas de forma coletiva com
443 as outras secretarias. Informou que pode dialogar com a Secretaria Nacional da Juventude para
444 verificar como pode incluir a juventude com deficiência. Enfatizou a importância do centro de
445 referência, pois o esporte é o primeiro contato direcionado a temática das pessoas com deficiência,
446 sendo a escola um vetor de iniciação sobre o assunto. Concluiu argumentando que as pessoas sem
447 deficiência precisam discutir o assunto desde a infância. O Conselheiro Luís Maurício Alves dos
448 Santos ponderou que as pessoas com deficiência não participam das atividades esportivas nas
449 escolas, sendo essencial a participação de todos. Foi lembrado por participante no *YouTube* o
450 boletim do Conade que era realizado anos atrás. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné sugeriu
451 uma reunião com a Sra. Anna Karla da Silva Pereira, com a Secretaria Nacional de Participação
452 Social da Presidência da República e com membros e representações das conferências de pessoas
453 com deficiência, da cultura, da assistência social, da segurança alimentar, da saúde mental e da
454 criança e do adolescente para discutir a inclusão e a diversidade e garantir o assunto nas

455 conferências. Adicionou que atualmente o Conade realiza a divulgação em redes sociais, sendo um
456 meio de comunicação mais efetivo e que o boletim antigamente demorava 15 dias para terminar.
457 Diante do exposto, o Conselheiro Décio Gomes Santiago informou como encaminhamentos: a
458 construção de um observatório, a reunião de informações, a reunião sobre as conferências e o
459 fortalecimento do paradesporto no país pelo governo. Solicitou à Secretaria o auxílio na definição
460 de proposta com o Conade para apoiar a ação. Foi recomendado convidar o Comitê Paralímpico
461 Brasileiro para apresentar as estratégias de inclusão de centros de referências e escolas. O
462 Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos concordou. O Conselheiro Décio Gomes Santiago
463 reforçou a necessidade de acompanhamento das ações realizadas. A Sra. Anna Karla da Silva
464 Pereira sugeriu convidar a assessoria de participação social e agradeceu o convite. Ato contínuo, foi
465 iniciada a apresentação sobre Assédio Moral pela Sra. Debora de Moura Pires Vieira. A Sra. Debora
466 de Moura Pires Vieira revelou que foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial que todos os
467 ministérios e a sociedade civil participam para elaborar o Plano Nacional de Enfrentamento,
468 Combate ao Assédio e Discriminação. Cientificou que existe o programa Integra+MDHC que
469 contém vários instrumentos. Complementou que foi colocado como compromisso a capacitação e o
470 conhecimento. Relembrou que o Código de Ética do servidor e o programa de integridade é
471 direcionado a todos que atuam no ministério. Explanou que o assédio pode ser horizontal ou
472 vertical, ocorrer dentro e fora do local de trabalho. Relembrou que a Controladoria-Geral da União
473 criou o Guia Lilás que versa sobre o enfrentamento ao assédio e a discriminação. Discorreu sobre
474 tipos de assédio moral, danos para vítima e instituição, o que pode ser realizado pela vítima e pelas
475 testemunhas, os canais de denúncia como o Fala.Br e a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos.
476 Esclareceu que a denúncia anônima não permite contactar o denunciante, que o caso disciplinar
477 pode ser verificado pela Corregedoria e o desvio ético pela Comissão de Ética do Ministério. Citou
478 a Convenção nº 190, arrazoou sobre os grupos vulneráveis e declarou que procuram capacitar todos
479 os conselhos. Concluiu informando como *e-mail* aeci@mdh.gov.br. O Conselheiro Roberto Paulo
480 do Vale Tiné questionou se o documento de prevenção ao assédio do CGU é um documento oficial
481 que pode balizar as ações. Aconselhou que a Assessoria contacte o Fórum Interconselhos e articule
482 na próxima reunião do Fórum Interconselhos uma capacitação sobre o tema. O Conselheiro Décio
483 Gomes Santiago anunciou a presença da Presidente Anna Paula Feminella. A Sra. Debora de Moura
484 Pires Vieira respondeu que o nome do documento oficial é “*Guia Lilás*”, o que pode ser
485 amplamente divulgado e agradeceu o conselho sobre o Fórum Interconselhos. O Conselheiro Décio

486 Gomes Santiago solicitou as referências e a Sra. Debora de Moura Pires Vieira advertiu que
487 encaminhará. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates arrazoou sobre a necessidade de combater
488 o assédio, a necessidade de formação e de ensinar como pode denunciar. Indagou quais as
489 estratégias que podem ser aplicadas, se existe a possibilidade de atender diretamente, como o
490 atendimento é realizado para pessoas surdas, se existe alguma facilidade para pessoas que utilizam
491 o português como segunda língua, de ter uma estratégia de adaptação e se existe estratégia para o
492 caso de arquivamento de denúncia realizada em universidade que continua sofrendo assédio. A Sra.
493 Debora de Moura Pires Vieira respondeu que pensam na acessibilidade no momento da denúncia,
494 que o Fala.BR tem todos os itens de acessibilidade, mas não sabe se são efetivas, podendo ser
495 discutido o assunto. Quanto ao arquivamento, afirmou que depende do caso e que é necessário
496 buscar apoio e conhecimento. Foi questionado se existe uma oficina para pessoas com deficiência
497 sobre a conscientização do assunto. A Sra. Debora de Moura Pires Vieira respondeu que os
498 ministérios utilizam cursos da ENAP, que no Grupo de Trabalho Interministerial está discutindo
499 sobre a acessibilidade, mas que desconhece se existem oficinas. A Presidente Anna Paula Feminella
500 ressaltou a importância de curso sobre capacitismo institucional relacionado ao assédio, da
501 Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Relembrou o caso da Sra. Sônia Maria de Jesus que
502 sofreu com trabalho análogo a escravidão. Noticiou que o Conselho Estadual do Pará será reativado,
503 saudou a presença da CUT e das representantes do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com
504 Deficiência de São Paulo. Logo em seguida, foi apresentado pelo Sr. Andrei Soares os Informes da
505 Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Sr. Andrei Soares lembrou a
506 composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, discorreu sobre a oferta
507 de formação de presidentes e vice-presidentes dos conselhos estaduais e para o conselho sobre
508 capacitismo, interseccionalidade, reforçando os princípios de Viena, a interação de diversas formas
509 de vulnerabilização e a participação no Fórum Interconselhos. Citou o objetivo do Programa Viver
510 Sem Limite 2, e revelou que será lançado até o final do ano e organizado em quatro eixos.
511 Adicionou que foi realizada uma consulta pública, uma reunião extraordinária no Conade, discutido
512 a Avaliação Unificada da Deficiência instaurado pelo Decreto nº 11.487. Citou a quantidade de
513 reuniões, de eventos, oficinas, notificou que a V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com
514 Deficiência ocorrerá em julho de 2024 e que foi elaborado o caderno orientador para os estados.
515 Pontuou que visam executar esse ano mais de R\$ 16.400.000,00 que estão ativos no programa
516 Cidadania Marajó para enviar serviços fundamentais ao Arquipélago do Marajó. Arrazoou que foi

517 criado um programa específico para pessoas com deficiência e discutida a possibilidade de outros
518 ministérios incluam ações no programa. Declarou que o PPA termina em 2027 e que haverá uma
519 revisão no próximo ano. Discorreu sobre a atuação intersetorial reforçada, o protagonismo, a
520 presença em eventos internacionais, a elaboração de relatório no cumprimento de obrigações
521 assumidas pelo país na promoção dos direitos da pessoa com deficiência, da memória sobre
522 internação compulsória pela hanseníase com grupo de trabalho instituído em julho e a inclusão da
523 questão da hanseníase no orçamento da secretaria e no PPA. Arrazou sobre as oficinas e atividades
524 de capacitação que foram realizadas e cursos com a ENAP. Anunciou que haverá a formação de ado
525 professores de libras na rede estadual de Tocantins presentes em 13 cidades do estado, que lançaram
526 a campanha de enfrentamento ao capacitismo, o curso de especialização em acessibilidade federal,
527 uma nova versão do VLibras e o Cadastro das Centrais de Interpretação de Libras. Discorreu sobre
528 a retomada do GT de Regulamentação do artigo nº 63 da LBI, a formação continuada de professores
529 em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, acordos de cooperação técnica, cartilhas
530 de orientação a pessoas com deficiência onde foi suplementado o crédito para financiar crédito para
531 tecnologia assistiva. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra questionou sobre os materiais,
532 aconselhou a publicação das ações no *site* do Conade e a criação de um curso para professores a
533 distância. Foi anunciado que existe um projeto com a Universidade Federal do Ceará referente ao
534 curso de moda quanto a adaptação de calçados para pessoa que possui deficiência sensorial. Foi
535 explicado que a agenda de Doenças Raras está em processo de migração, pois o Ministério da
536 Saúde tem mais infraestrutura. Com relação aos cursos da ENAP, foi pontuado que são cursos à
537 distância, mas pode ter outros formatos. Foi elucidado que os cursos a distância são referentes a
538 ENAP e os cursos na Universidade Federal de Tocantins são presenciais, portanto, existem cursos
539 nas duas modalidades. O Conselheiro Joelson Costa Dias alegou que espera que o relato seja
540 realizado com mais frequência e que deve ser considerado a falta de recursos e pessoas, sendo
541 primordial a boa administração dos recursos. Solicitou informações atualizadas sobre o quadro de
542 pessoal, questionou de que forma o Conade pode auxiliar, quais foram os obstáculos, o que não
543 conseguiu realizar e o que se pretende realizar quanto aos itens não cumpridos, como verificar os
544 atores responsáveis e a maneira como o Conade pode colaborar. Foi destacado que havia 27 cargos
545 de confiança e reduziu para 14 cargos na secretaria, que a principal forma existente é por emenda e
546 que o orçamento discricionário é de R\$ 5.000.000,00. Adicionou que estão dispostos a receber bons
547 projetos, que possuem orçamento próprio, porém na política das pessoas com deficiência

548 normalmente é aplicado o induzido. A Presidente Anna Paula Feminella discorreu sobre a
549 importância de políticas públicas para pessoas com deficiência. Foi ressaltado que a
550 interseccionalidade com o capacitismo deve ser discutido. Com a palavra, a Presidente Anna Paula
551 Feminella pontuou que é necessário dialogar para construir ações em reconhecimento a população
552 das pessoas com deficiência. Ressaltou a importância da relação com os parlamentares e anunciou
553 que será lançado um Programa Nacional de Formação de Lideranças para formar a juventude. Foi
554 salientado que pode ser solicitado emenda parlamentar para financiar a conferência e quanto a
555 hanseníase, foi revelado que se trata da principal causa não congênita e não vinculada a causas
556 externas de deficiência no Brasil. A Conselheira Denise Maria Rodrigues Costa ponderou que o
557 posicionamento deve ser sempre reafirmado, que respondem projetos de lei relacionados. No que
558 concerne a hanseníase, declarou que mantém uma conversa intensa com a Secretaria de Vigilância
559 Sanitária e Ambiental do Ministério da Saúde. Acrescentou que na revisão da política foi realizada
560 uma consulta pública e incluído como diretriz o letramento anticapacitista. O Conselheiro Clóvis
561 Alberto Pereira sugeriu que a secretaria forneça condições para que cada entidade possa enviar um
562 ou dois jovens com deficiência para a conferência. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates
563 afirmou que o projeto Viver sem Limite é grande, questionou sobre o empenho que está sendo
564 realizado sobre os projetos ligados e itens relacionados ao VLibras como o *site*, o texto, a utilização
565 de avatares, a tradução e a sinalização para pessoas surdas. Pontuou que frequentemente não há
566 sinalização da audiodescrição e que é necessário ter libras e audiodescrição no *site*. Quanto a
567 Central de Interpretação de Libras solicitou um GT para discutir em todas as regiões os itens que
568 faltam aperfeiçoar para o projeto e elencar os melhores critérios para abordar nas centrais de libras.
569 O Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos arrazoou que a apresentação de ações deve ser uma
570 conduta contínua entre todos os ministérios. Foi reforçado que as informações devem ser colocadas
571 no *site* e que as doenças raras devem ser colocadas no Programa Viver Sem Limite 2, não devendo
572 ser incluída somente na pauta da Saúde. Foi citado o artigo nº 26, §3, referente a competência do
573 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O Conselheiro Décio Gomes Santiago declarou
574 que possuem como encaminhamentos trabalhar as dificuldades, os cursos e o que foi apresentado
575 pelos conselheiros. Foi explicado que as doenças raras estão mais relacionadas a área da saúde, mas
576 que pode ser relacionada a outras áreas. No que concerne ao *site*, foi afirmado que foi contratada
577 uma consultoria, que foi realizado um edital requisitando servidores e alguns trabalharão
578 remotamente. Quanto ao VLibras, foi esclarecido que está havendo um processo de atualização, que

579 as Centrais de Libras são importantes para o Governo Federal e que se está trabalhando em TED's.
580 A Presidenta Anna Paula Feminella declarou que a comunicação é uma barreira e que haverá a
581 prestação de contas da secretaria para o Conade. Dia 14/09/2023 – Tarde: Após a confirmação de
582 quórum, a Presidenta Ana Paula Feminella iniciou a reunião cumprimentando a todos e sugeriu a
583 apresentação inicial da Política Nacional de Educação Inclusiva, a Apresentação sobre a 1ª edição
584 da Conferência Nacional em atenção as pessoas com Ostomia e Incontinência às 15:30, às 16h:00
585 os Informes da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e em seguida a
586 apresentação dos Informes sobre o GT da Avaliação Unificada da Deficiência. Todos concordaram.
587 O Conselheiro Décio Nascimento Guimarães iniciou a apresentação sobre a Política Nacional de
588 Educação Inclusiva. Recordou que a Política Nacional de Educação Inclusiva completa 15 anos,
589 citou o decreto nº 10.502 de 2020 que foi revogado e retornado o documento de 2008. Informou que
590 estão finalizando o conjunto de ações, discorreu sobre o desafio de enviar recursos a todas as
591 escolas públicas, visto que até o momento foram contempladas um terço das escolas. Afirmou que
592 estão priorizando as escolas das águas e das florestas, que estão fortalecendo a parceria com a
593 CAPES para atender mais de 1.300.000 professores regentes, e que há o desafio de enviar a
594 formação continuada a 100% dos professores do AEE e 100% de gestores de escolas públicas.
595 Salientou que é necessário defender a urgência da interdependência entre os direitos sociais e nas
596 políticas públicas relacionadas a pessoa com deficiência, sendo necessário ampliar as discussões, as
597 pautas e fortalecer as lutas. Solicitou pensar nos direitos da educação além das escolas e
598 universidades. Se colocou à disposição para apresentar posteriormente os avanços do trabalho. Com
599 a palavra, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira ponderou que existem várias impressoras, como as
600 impressoras em Braille, que não são utilizadas nas escolas e os professores não estão preparados
601 para utilizá-las, e questionou qual estratégia será adotada pelo governo. Alegou que pouco se
602 discute uma formação para educadores direcionada a um tipo de deficiência, pois existem
603 especificidades, como o Braille. Indagou o que as pessoas cegas podem esperar do Ministério quanto
604 a comemoração dos 200 anos da criação do Sistema Braille em 2025 e da estrutura para recepção,
605 visto que o Brasil também sediará a Assembleia da União Mundial de Cegos. O Conselheiro Décio
606 Nascimento Guimarães respondeu que estão à disposição para auxiliar na comemoração. Asseverou
607 que muitas ações devem ser realizadas. Quanto as impressoras, solicitou o nome da escola e o
608 endereço, pois deve ser verificado quando chegou no local e o motivo de não utilizar o material. A
609 Conselheira Jô Nunes declarou que é necessário discutir a educação inclusiva com um prazo maior

610 e discorreu sobre a importância do profissional de apoio escolar. O Conselheiro Décio Nascimento
611 Guimarães declarou que o ministro da educação Camilo Santana divulgará uma portaria nos
612 próximos dias com a regulamentação desse profissional na direção do artigo nº 26, §13 da LBI. A
613 Conselheira Jô Nunes afirmou que existem municípios que não possuem sala de AEE. A
614 Conselheira Nayara Falcão ressaltou a importância da educação básica, discorreu sobre a educação
615 especial inclusiva, afirmou que procuram ter um letramento anticapacitista, todavia ao buscar a
616 educação especial na perspectiva inclusiva o assunto se torna confuso, sendo necessário
617 universalizar a educação de forma inclusiva e mudar a matriz curricular para aprender libras. O
618 Conselheiro Décio Nascimento Guimarães alegou que todas as pessoas têm direito a educação, e
619 que é necessário lutar pelo anticapacitismo. Anunciou que na próxima segunda-feira será iniciada
620 na Diretoria do MEC uma formação para 20.000 profissionais da educação, que a Aula Magna
621 ocorrerá com duas professoras com deficiência e que o tema será anticapacitismo na educação,
622 sendo um desafio planejar os próximos passos e unificar as pautas. O Conselheiro Carlos Eduardo
623 Ferrari informou que o Comitê Paralímpico realizará uma formação para educadores físicos e
624 questionou quais as estratégias estão sendo adotadas para trabalhar no sentido de realizar a
625 formação *on-line*. Discorreu sobre o Tratado de Marraqueche, salientou a necessidade de ter uma
626 tecnologia e revelou que o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação estão
627 discutindo a respeito do assunto. O Conselheiro Décio Nascimento Guimarães asseverou que visam
628 levar a educação física adaptada, o paradesporto e a educação física escolar inclusiva para os cursos
629 de licenciatura. Declarou que é necessário informar aos profissionais que todos tenham direito de
630 construir, que deve ser verificado o desenvolvimento intelectual do indivíduo. Ponderou que
631 pretendem criar uma campanha para que a tecnologia seja inserida no artigo 6º da Constituição
632 Federal. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra questionou se uma estudante que está
633 cursando o curso de pedagogia deve ser formada para a educação básica, fazer o estágio em uma
634 instituição para cegos ou trabalhar no ensino regular. Indagou qual é a política pública de formação
635 de professores para o professor com deficiência com relação a educação básica. O Conselheiro
636 Roberto Paulo do Vale Tiné pontuou que com a edição do decreto nº 11.570, o decreto nº 11.502 de
637 2020 se tornou ineficaz e regrediu os avanços da Lei Brasileira de Inclusão. Questionou as tratativas
638 do MEC e se o Conade terá conhecimento das normas. Sugeriu considerar o STF nas
639 regulamentações quanto a educação inclusiva. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates ressaltou a
640 importância do ensino bilíngue, do currículo da educação especial, concordou com a união de itens

641 para educação inclusiva como a instituição para pessoas cegas, questionou o posicionamento da
642 Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, sobre as instituições bilíngues,
643 o currículo da educação especial, como a educação pode ocorrer de forma não segregacionista
644 pensando em escolas bilíngues, a perspectiva da Diretoria sobre o ensino básico de libras no Brasil
645 e as estratégias que podem ser utilizadas para o ensino das pessoas autistas nas escolas. O
646 Conselheiro Décio Nascimento Guimarães pontuou que esperam escolas, universidades e formação
647 para todas as pessoas, sendo necessário ter uma estrutura e que ao abordar a tecnologia assistiva,
648 discutir métodos, práticas e apoio. Argumentou que ao revogar o decreto nº 10.502, foi devolvida a
649 política educacional na perspectiva da educação inclusiva. Ponderou que a educação bilíngue é uma
650 modalidade que está sendo discutida. A Presidenta Ana Paula Feminella convidou a Sra. Ana Paula
651 Batista para apresentar a 1ª edição da Conferência Nacional em atenção as pessoas com Ostomia e
652 Incontinência. A Sra. Ana Paula Batista explicou sobre o Movimento Ostomizados do Brasil,
653 declarou que existem cerca de 400.000 pessoas com ostomia no Brasil. Arrazoou que conversam
654 com o IBGE para definir uma forma de identificação, visto que as doenças correlatas são doenças
655 inflamatórias intestinais, câncer de cabeça e pescoço, câncer de colo retal, de intestino,
656 incontinências urinárias, fecais, doença de Chagas, acidente de trânsito e doenças congênitas.
657 Afirmou que a pessoa com ostomia deve ser observada conforme as suas complexidades. Declarou
658 que será realizada a 1ª Conferência Nacional em Atenção as Pessoas com Ostomia e Incontinência.
659 Relembrou que em 2022 foi realizado o novembro verde e que está tramitando no congresso o PL o
660 mês de conscientização e sensibilização da Ostomia, considerando que o dia nacional da Ostomia é
661 o dia 16 de novembro e ele não é suficiente, sendo necessário abordar a área científica. Convidou o
662 Conade para o Congresso Brasileiro de Ostomoterapia de 21 a 25 em Natal no Centro de
663 Convenções no Rio Grande do Norte e para a inauguração no dia 19 de setembro às 10:30 do 1º
664 sanitário acessível para pessoas com ostomia na capital do Brasil. Declarou que assinaram acordo
665 de cooperação técnica com a Diretoria de Acessibilidade da Câmara, ressaltou o acolhimento da
666 Ministra de Saúde quanto a obrigatoriedade de cirurgia de reversão no prazo de 180 dias quando
667 autorizado pelo médico especialista. Foi ressaltado sobre a necessidade de atualizar a legislação
668 para as pessoas com ostomia. A Conselheira Rita de Cassia Santos de Santana sugeriu a transmissão
669 de forma virtual no próximo evento de forma gratuita. O Conselheiro Décio Gomes Santiago
670 parabenizou a conferência. O Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos questionou se precisa de
671 uma estrutura maior, se existe um projeto para criar um banheiro em conjunto em relação as pessoas

672 com deficiência e quais direitos as pessoas recém acidentadas possuem. A Sra. Ana Paula Batista
673 noticiou que um relatório final e partes da transmissão ao vivo serão disponibilizadas e se conseguir
674 será repassado ao conselho. Asseverou que ainda não existe o projeto e que em edifícios antigos
675 podem ser realizadas adaptações. Declarou que é necessário criar cursos na área da saúde, que o
676 processo licitatório é uma barreira. A Presidenta Ana Paula Feminella agradeceu e passou para os
677 Informes do GT da Avaliação Unificada da Deficiência. Foi explicado que foi pactuado no Conade
678 a atualização sobre o GT, que as reuniões têm sido transmitidas, que existe o GTE de instrumento
679 com a parceria da Fiocruz, o GT de normas e o GT do Sistema Nacional de Avaliação, onde estão
680 participando pesquisadores com deficiência e que no próximo ano haverá diálogos regionais. Foi
681 destacado que está sendo realizada a captação de dados de políticas públicas, sendo um processo
682 transparente, com o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné representando o Conade. A Presidenta
683 Ana Paula Feminella ressaltou a importância da atuação do Conade. Salientou que foi proposto o
684 prazo de um ano para definir o índice da avaliação e até 31 de maio para apresentar o instrumento.
685 Relatou que estão visitando vários locais para explicar a avaliação e ressaltou a importância da
686 avaliação, da regulamentação e da implantação. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné frisou a
687 importância da transparência do trabalho e cientificou que amanhã comparecerá em uma reunião no
688 Senado. Foi ressaltada a importância da avaliação, avaliando todo o contexto da pessoa com
689 deficiência. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira indagou como estão tratando a imprecisão na
690 aplicação do instrumento considerando a ausência de valorização, o que impacta nos artigos nº 1 e
691 nº 2 da LBI, como isso impactará no artigo nº 2 e se começaram a discutir as barreiras
692 comunicacionais que afetam cegos e surdos nos ambientes doméstico e externo. Informou que estão
693 finalizando um artigo em que indicam imprecisões e anunciaram enviarão o documento na próxima
694 semana. Foi destacado que depois da implantação da LBI, foram esperados três anos para a
695 avaliação. Logo em seguida, foi questionado como está sendo realizada a discussão com
696 organizações que estão visualizando o assunto de forma diferente. Foi respondido que estão
697 organizando trabalhos pilotos em estados como o Piauí para verificar as contradições, com
698 pesquisadores experientes e pessoas com deficiência. Foi declarado que se procura uma avaliação
699 independente do INSS e que esperam que tenha capacitação com profissionais. Foi respondido que
700 os artigos nº 1 e 2 da LBI tem sido considerados como qualificadores na matriz e que está
701 relacionado a uma lista de atividades, ao ciclo de vida e à OMS e que a listagem de impedimentos
702 corporais será qualificadora da ação. Foi ressaltado a importância de ter um instrumento unificado,

703 da avaliação reproduzir as necessidades da pessoa, de fornecer dados para as políticas públicas e de
704 ter uma capacitação robusta do avaliador. Foi destacada a importância da avaliação para a
705 equiparação de oportunidades. Foi informado que será disponibilizado o documento IFBrM
706 modificado. **ENCERRAMENTO 14/09/2023:** A Presidenta Ana Paula Feminella agradeceu a
707 presença de todos e encerrou o segundo dia da 134ª Reunião Ordinária do CONADE. **ABERTURA**
708 **15/09/2023 - Manhã:** A Presidenta Ana Paula Feminella iniciou o terceiro dia de reunião
709 cumprimentando a todos. Após a confirmação de quórum, sugeriu apresentar primeiro o passe livre
710 e, em seguida acontecer a apresentação da Fenapestalozzi. Na sequência, o Conselheiro Cesar
711 Ackar Magalhães lembrou que o assunto do passe livre foi discutido na 132ª reunião do Conade
712 em abril e vários conselheiros solicitaram dados quanto a quantidade de pedidos deferidos e
713 indeferidos. Adicionou que foi elaborado um documento. A Presidenta Ana Paula Feminella
714 declarou que o Sr. Felipe Ricardo da Costa Freitas não disponibilizará os dados por causa do
715 atendimento especial prestado. Foi destacado que independente do encaminhamento, a carta poderá
716 contemplar o requerimento. A Presidenta Ana Paula Feminella revelou que os dados serão
717 apresentados quando forem disponibilizados. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra
718 lembrou que na 132ª Reunião do Conade foram definidos como encaminhamentos: Que o Conade
719 encaminhe uma carta ao Congresso pedindo prioridade na tramitação dos projetos relacionados e
720 incluir recomendações através de uma nota técnica do Conselho, o que foi proposto pelo
721 Conselheiro Cesar Ackar Magalhães; Esclarecimento do governo sobre o vazamento de dados dos
722 usuários do passe livre e o número de reclamações dos usuários, o que foi sugerido pelo
723 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira; Esclarecimento do governo sobre o número de usuários do
724 cadastro do passe livre, o aumento ou diminuição deste, proposto pelo Conselheiro Magno Prado
725 Gama Prates; Esclarecimento dos números de benefícios concedidos ou negados, o que foi sugerido
726 pelo Conselheiro Magno Prado Gama Prates; O fornecimento pelo governo de intérpretes de libras
727 aos usuários surdos para cadastramento, o que foi proposto pelo Conselheiro Magno Prado Gama
728 Prates; Alteração do novo decreto regulamentando a lei do Passe livre com a atualização, em
729 conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão e Convenção de Inclusão dos Direitos das Pessoas
730 com Deficiência, o que foi sugerido pelo Conselheiro Joelson Costa Dias; A definição como pauta
731 permanente de discussão da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência e do Conade e
732 esclarecimento do governo sobre a audiência pública nº 6 de 2022, seus resultados e
733 encaminhamentos, o que foi proposto pelo Joelson Costa Dias; A interlocução da Secretaria

734 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência com o Ministério dos Transportes para
735 encaminhar ao Conade uma proposta de solução definitiva do problema, o que foi sugerido pelo
736 Conselheiro Antonio José do Nascimento Ferreira. Finalizou informando que as entidades FCD,
737 FENEIS, ONEDEF, ONCB e Retina Brasil assinaram o documento. O Sr. Felipe Ricardo da Costa
738 Freitas enfatizou a importância das informações, declarou que fiscalizam o Passe Livre, que podem
739 fornecer dados, que a fiscalização é realizada diariamente, direcionada principalmente as empresas
740 que recebem mais reclamações. Acrescentou que estão iniciando um trabalho com as empresas que
741 possuem boas práticas para divulgar no mercado. Alegou que possuem sistemas de controle para
742 observar as empresas que mais desobedecem e finalizou informando que existem algumas decisões
743 judiciais. A Sra. Izana Aparecida Barbosa questionou se poderia ser enviado um documento com os
744 dados. O Sr. Felipe Ricardo da Costa Freitas solicitou o envio do requerimento para criar um
745 processo via SEI e direcionar ao setor responsável. Com a palavra, o Conselheiro Clóvis Alberto
746 Pereira pontuou que o passe livre afeta a vida das pessoas com deficiência por diversos motivos e
747 que a ONCB recebeu diversos relatos que mesmo com liminares as empresas não estão respeitando
748 a gratuidade no ônibus convencional. Afirmou que deve ser um processo contínuo, que a demanda
749 seja sistematizada e que as pessoas devem ter acesso às informações. A Presidenta Ana Paula
750 Feminella concordou, lembrou o eixo gestão participativa do Programa Viver Sem Limite 2,
751 arrazoou sobre a mudança de frotas e a falta de paradas e a necessidade de desburocratizar os
752 serviços. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães lembrou histórico do Passe Livre, asseverou que
753 o prazo de resposta da ANTT não está sendo respeitado, e que existe como gargalo a emissão da
754 carteira. Manifestou a sua preocupação com o tema, visto que está sendo discutidos há meses. A
755 Presidenta Ana Paula Feminella concordou, lembrou a retomada do Plano dos Direitos das
756 Pessoas com Deficiência. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães lembrou que propôs um
757 encaminhamento na reunião passada e solicitou empenho da secretaria no assunto. O Conselheiro
758 Joelson Costa Dias solicitou a iniciativa dos conselheiros e o acompanhamento periódico de cada
759 uma das pautas. Alegou que devem ser apresentados os números e desafios e solicitou que a
760 secretaria reafirmasse o compromisso de solicitar as autoridades sempre que possível o envio do
761 titular do órgão para prestar esclarecimentos. Propôs que os encaminhamentos anteriores sejam
762 incluídos em um processo administrativo, para ser direcionado a uma das comissões para o
763 acompanhamento. Solicitou as informações ao governo. A Presidenta Ana Paula Feminella declarou
764 que a secretaria está sendo reformada. O Conselheiro Joelson Costa Dias pontuou que o assunto foi

765 deliberado, que os encaminhamentos não foram realizados, que as pessoas com deficiência devem
766 ser incluídas na discussão e que deve ser reavaliado os assuntos para retomar o diálogo. A
767 Presidenta Ana Paula Feminella concordou e comunicou que se pretende monitorar os dados e
768 difundir em formato simples. O Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos pontuou que o
769 transporte público é uma necessidade da sociedade, questionou se tem algum estudo de impacto
770 econômico da gratuidade para pessoas com deficiência no transporte interestadual, como está o
771 cadastramento e se existe algum sistema eletrônico que facilita o cadastramento para pessoas com
772 deficiência. Salientou que é necessário ter tarifa zero para pessoas com deficiência. O Conselheiro
773 Magno Prado Gama Prates ponderou que é necessário agilizar as respostas, indagou qual o sistema
774 do passe livre para conseguir uma agenda, o prazo para resposta, e destacou a necessidade de ter um
775 site de fácil acesso. Asseverou que as respostas para a renovação e novos cadastros são demoradas e
776 solicitou que a ANTT agilize o processo. Questionou quanto ao caso de pessoa com deficiência que
777 deseja sair do Estado de São Paulo, se desloca para outro estado e o passe livre não é aceito.
778 Indagou se para uma viagem intercidade seria um novo projeto. Sugeriu a elaboração de um
779 documento único. A Presidenta Ana Paula Feminella reforçou que houve reunião com a ANTT e o
780 Ministério do Transporte sobre essas demandas. Complementou que a efetividade das políticas
781 públicas das pessoas com deficiência está prevista no Programa Viver Sem Limite. A Conselheira
782 Deusina Lopes da Cruz afirmou que seriam utilizados dados do Cadastro Único e BPC/LOAS para
783 identificar a quantidade de passe livre de pessoas com deficiência e o passe seguinte seria respeitar
784 as concessionárias que estão sujeitas a legislação do ato concessório. Diante do exposto, o Sr. Felipe
785 Ricardo da Costa Freitas arrazoou existem diversos atores, declarou que verificará o motivo da
786 ausência de servidora, concordou com a existência de *site*, afirmou que a integração é mais
787 complicada, todavia seria o ideal. Relembrou que o TCU determinou que a concessão da gratuidade
788 seria *on-line* e convidou o Conade para conversar com a ANTT ou com o setor responsável para
789 verificar o novo texto que regulará o passe livre. Discorreu sobre o novo sistema de concessão da
790 ANTT e cientificou que a ANTT instituiu o novo Programa de Revolução Institucional e uma das
791 revoluções é a diminuição da reclamação dos usuários, pois a principal reclamação existente é sobre
792 o desrespeito da concessão da gratuidade depois do beneficiário ter o passe. Solicitou que sejam
793 denunciados no número 166 da ANTT os casos que não são respeitados, sendo necessário reclamar
794 na Ouvidoria. Respondeu que não foi realizado o estudo de impacto e que trabalham com o regime
795 de preços. Arrazoou que existem as instruções no *site* quanto ao cadastramento, que a questão do

796 decreto talvez possa ser resolvida no novo marco que a ANTT publicará, visto que a ANTT tem
797 uma delegação via lei nº10.233 para regulamentar os assuntos referentes ao transporte de
798 passageiros. Sobre os dados, questionou se os dados foram oficializados. Aconselhou efetivar o
799 conselho de usuários para esse tipo de assunto. Reiterou que existem muitas reclamações e que
800 estão tratando, mas é necessário que os usuários denunciem quando necessário. Pontuou que pode
801 ser enviado um consolidado de dados de locais que precisam de fiscalização por alguns conselhos.
802 A Presidenta Ana Paula Feminella informou que o requerimento dos conselheiros foi acatado e que
803 será enviada a comissão relacionada. O Conselheiro Décio Gomes Santiago reforçou que o passe
804 livre está incluído como prioridade nos compromissos. Na sequência, foi iniciada a apresentação da
805 Fenapestalozzi pelo Sr. Ricardo Tibães. O Sr. Ricardo Tibães discorreu sobre a missão, a atuação da
806 instituição, instituições parceiras, funções da organização e quantidade de organizações
807 assessoradas no país. Declarou que o Movimento Pestalozziano completará 100 anos de história
808 daqui a três anos. Explicou o significado do símbolo da Fenapestalozzi, histórico, o Movimento
809 Nacional Pestalozziano de Autodefensores, o Fórum Nacional dos Autodefensores, o Congresso
810 Nacional das Associações Pestalozzi que ocorrerá de 25 a 28 outubro em Foz do Iguaçu, o Segundo
811 Encontro Nacional de Famílias e o 5º Fórum Nacional de Autodefensores que ocorrerá no mesmo
812 local, mas com temáticas diferentes sendo um conjunto de ações para fortalecer o relacionamento
813 entre os autodefensores e a família e desenvolver ações técnicas e científicas para o bem-estar de
814 todas as pessoas com deficiência. A Presidenta Ana Paula Feminella agradeceu, lembrou o ex-
815 presidente Marco Castilho e saudou o Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores. O
816 Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira Brito discorreu sobre a rosa, símbolo da instituição que
817 representa. Discorreu sobre os problemas de saúde que enfrentou e a acolhida da instituição.
818 Agradeceu a Fenapestalozzi por poder representar as pessoas com deficiência. A Presidenta Ana
819 Paula Feminella salientou a importância da autonomia das pessoas com deficiência e da
820 participação social. A Conselheira Deusina Lopes da Cruz parabenizou o Movimento Pestalozziano,
821 que foi iniciador das questões sociais das pessoas com deficiência. Relatou que ao longo do tempo
822 as federações foram convidadas para que se aproximassem do SUAS, que existem 33.000
823 trabalhadores na área e tem publicações que estão sendo direcionadas ao Ministério da Tecnologia
824 com relação a tecnologia assistiva. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira cumprimentou a
825 Fenapestalozzi pelo trabalho realizado. Notificou que compareceram em eventos da Fenapestalozzi.
826 Logo em seguida, a Presidenta Ana Paula Feminella passou a palavra para o Conselheiro Antonio

827 José do Nascimento para iniciar a apresentação sobre o Novo Plano Viver sem Limite. O
828 Conselheiro Antonio José do Nascimento passou a palavra para o Sr. Alex Alverga. O Sr. Alex
829 Alverga explicou os eixos do Plano, que são: gestão social e participativa, enfrentamento ao
830 capacitismo e à violência, acessibilidade e Tecnologia Assistiva, Promoção dos Direitos
831 Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Citou como ministérios mobilizados: Ministério dos
832 Direitos Humanos e da Cidadania, Casa Civil, Ministério das Cidades, Ministério da Educação,
833 Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à
834 Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério
835 da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e a
836 Secretaria de Comunicação Social. Relembrou que o despacho do dia 05 de maio convocou outros
837 nomes e todos foram mobilizados. Adicionou que foram mobilizados mais 17 ministérios, como:
838 Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério das Relações
839 Exteriores, Ministério dos Transportes, Ministério dos Esportes, Secretaria-Geral da Presidência da
840 República, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Agência Nacional de Assistência
841 Técnica e Extensão Rural, Ministério do Turismo, Ministério da Previdência Social, Ministério da
842 Igualdade Racial, Ministério da Cultura, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Meio
843 Ambiente, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministério das Mulheres,
844 Ministério das Comunicações e Ministério dos Portos e Aeroportos, Ministério da Defesa e a
845 Controladoria-Geral da União. Relembrou que foram realizadas duas consultas públicas com 2.500
846 sugestões, diálogos transversais em 12 capitais, três diálogos transversais híbridos sobre gênero,
847 raça e sexualidade, medidas de prevenção, enfrentamento ao capacitismo e empregabilidade da
848 Pessoa com Deficiência e debate no Conade no dia 15, sendo o processo final de elaboração.
849 Informou como e-mail de contato viversem limite2@mdh.gov.br. O Conselheiro Antonio José do
850 Nascimento declarou que estão desde o começo de junho atuando no assunto, sendo uma
851 dificuldade a gestão das informações. Externou a preocupação com a governança do plano, o que
852 pode comprometer o êxito, sendo necessário um Fundo Nacional para induzir as políticas nos
853 municípios. Cientificou que trataram com o Ministro Fernando Haddad o assunto, noticiou que será
854 um plano mais flexível, que será anunciado no final de outubro sem agenda definida, sendo que a
855 cada ano estão previstas novas ações e informações. Com a palavra, a Presidenta Ana Paula
856 Feminella enfatizou a importância do Plano Viver Sem Limite II, parabenizou os ministérios
857 engajados, comunicou que serão organizadas passagens para os conselheiros comparecerem e

858 salientou a importância da resiliência e do diálogo com o movimento social. O Conselheiro Luís
859 Maurício Alves dos Santos questionou existe investimento direcionado as pessoas com deficiência.
860 O Conselheiro Antonio José do Nascimento ressaltou que não haverá 130 ações do plano, que as
861 130 ações foram conversadas, mas que algumas serão desconsideradas por não possuírem
862 maturidade. Afirmou que foram discutidas ações com a EMBRAPA para verificar a possibilidade
863 de ação sobre deficientes no campo, mas que ainda não existem prática exitosas. Acrescentou que
864 estão trabalhando para que tenha mais de sete bilhões de reais de investimentos no programa, porém
865 o presidente que decidirá. O Conselheiro Francisco Djalma de Oliveira parabenizou a quantidade de
866 órgãos envolvidos e questionou se há a separação de ações com mais importância. A Conselheira
867 Angela Maria de Sousa Bezerra indagou se as universidades federais poderão contribuir. Arrazoou
868 que deve ser enviada a inclusão digital, a educação assistida e a informática assistida as pessoas
869 com deficiência para se tornarem emancipadas nos serviços. Adicionou que a Universidade Federal
870 do Ceará realizou diversos trabalhos direcionados a inclusão digital. O Conselheiro Magno Prado
871 Gama Prates questionou como está a questão orçamentária do programa Viver sem Limites 2, quais
872 serão os próximos passos, as necessidades, articulações e demandas prioritárias. O Conselheiro
873 Clóvis Alberto Pereira lembrou que houve a aprovação de taxa nas apostas, questionou como
874 poderia atrair o tema da deficiência, beneficiando a população com deficiência com os recursos
875 recebidos. O Conselheiro Dylson Ramos Bessa Júnior argumentou que deve priorizar a agricultura
876 familiar direcionada as pessoas com deficiência e questionou como está funcionando o
877 monitoramento e a situação do programa em relação ao apoio aos conselhos estaduais e municipais.
878 Alegou que deve ser construída uma política própria para pessoas com deficiência. A Conselheira
879 Deusina Lopes da Cruz ponderou que o programa pode ter um documento orientador relacionado
880 aos direitos das pessoas com deficiência em relação a ações dos ministérios, onde tem um bloco dos
881 direitos universais e nesse sentido existem fundos e estruturas e tem-se a necessidade de observar
882 outras direções como a recomposição do orçamento, a correção dos valores em serviços pagos.
883 Salientou que precisam que os serviços sejam universais e discutir quanto ao outro eixo, que seria a
884 acessibilidade, qualificação e ampliação dessa perspectiva. Complementou que podem ser
885 discutidos programas relacionados a empregabilidade. Arrazoou que é necessário investir em
886 capacitação, principalmente do cuidado e mapear blocos de lutas por financiamento. A Presidenta
887 Ana Paula Feminella ponderou que é necessário um Fundo Nacional com a relação interfederativa e
888 nesse sentido o Conade pode elaborar uma carta sugerindo melhorias a Comissão de Deficiência da

889 Câmara ou ao presidente da Comissão de Deficiência da Câmara. Salientou a importância do
890 monitoramento dos resultados e da Criação do Fundo Nacional e informou que o trabalho das
891 comissões será transferido para o período vespertino. O Conselheiro Antonio José do Nascimento
892 pontuou que o Plano Viver Sem Limites é construído com ações estruturantes e ações que induzem
893 a política nos territórios e que o despacho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cita os 10
894 ministérios prioritários na construção da política nacional. Adicionou que no monitoramento serão
895 destacadas as ações estruturantes, indutoras e inovadoras. Acrescentou que estão incluindo ações do
896 Plano Viver Sem Limites 1 e que o MEC capacitará 100% dos gestores das escolas que possuem
897 pessoas com deficiência matriculadas. Complementou que as universidades e os institutos federais
898 são a rede federal, sendo a principal parceira e que estão trabalhando com as universidades. Sobre o
899 orçamento, esclareceu que estão discutindo com a Casa Civil para que no anúncio sejam informadas
900 as principais ações e o valor. Afirmou que as ações imaturas continuam nas próximas fases com
901 outras propostas. Alegou que é necessário unir o Conade para buscar a criação do Fundo. Declarou
902 que pensaram em uma proposta para que a Secretaria Nacional discuta com a Secretaria da Fazenda.
903 Recomendou redigir uma carta ao autor do PL sugerindo sobre o Fundo. A Presidenta Ana Paula
904 Feminella alegou que podem ser criadas câmaras temáticas sobre o Programa Viver Sem Limites e
905 esclareceu que a capacitação está incluída no programa. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães
906 salientou a importância do Fundo para fazer a política. O Conselheiro Antonio José do Nascimento
907 declarou que estão propondo um Comitê Nacional, um Comitê local com a participação da
908 sociedade civil e um Câmara Interministerial para analisar os gargalos existentes como o BPC nas
909 escolas. A reunião foi encerrada. Dia 15/09/2023 – Tarde: Após a identificação de quórum, a
910 Presidenta Ana Paula Feminella declarou que será apresentado os relatórios. Em seguida, foi
911 iniciado o relato da Comissão de Orçamento e Finanças. A Conselheira Cintia Bastos Bemerguy
912 explicou que foram resgatadas informações perdidas, que visam rever competências para levantar
913 informações e reiterar pedidos. Adicionou que foi concluído que serão verificadas as ações
914 orçamentárias dos ministérios em relação ao tema e depois serão definidas as tarefas dos membros,
915 em seguida criar um repositório de informações e obter uma cartilha com orientações sobre
916 procedimentos relacionados as emendas parlamentares para divulgação a partir do conselho. A Sra.
917 Izana Aparecida Barbosa solicitou o compartilhamento dos relatórios para abrir um processo no
918 SEI. Foi destacado que o relatório da COF foi encaminhado. A Presidenta Ana Paula Feminella
919 colocou para aprovação do relatório. Foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi iniciado o

920 relatório da Comissão de Políticas Públicas pela Conselheira Jô Nunes. A Conselheira Jô Nunes
921 cientificou que foi recebido uma minuta do projeto de lei do ex-deputado Alexandre Frota proposto
922 em 2020 que instituía a política de educação social e inclusiva. Citou como encaminhamento o
923 aumento do prazo para ouvir e dialogar com outros órgãos, reunir mais informações e formular o
924 parecer. Acrescentou que discutiram as demandas recebidas, como a nota informativa nº 170/2023 e
925 solicitação do conselho estadual do Paraná sobre acesso a cartilha do SUS. Notificou como
926 encaminhamento que todas as informações sejam mais simplificadas e disponibilizadas no
927 município. O Conselheiro Décio Gomes Santiago sugeriu convidar o Minério da Saúde para a
928 próxima reunião para discutir o programa de órtese e prótese. A Presidenta Ana Paula Feminella
929 ponderou que haverá novidades em breve sobre os recursos. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira
930 salientou a importância de dialogar de forma mais próxima com o Ministério da Saúde e o Conselho
931 Nacional de Saúde. Discorreu sobre a importância do reajuste da tabela e fiscalização. Logo em
932 seguida, foi destacada a importância de discutir as linhas de cuidado. A Presidenta Ana Paula
933 Feminella concordou. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães salientou a importância das
934 informações, afirmou que existe barreira de acessibilidade digital e que é necessário melhorar a
935 comunicação entre sociedade e governo. Na sequência, foi iniciado o relato da Comissão de
936 Articulação de Conselhos. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira relatou que se reuniram no dia
937 anterior e transferiu a palavra para a Sra. Izana Aparecida Barbosa. A Sra. Izana Aparecida Barbosa
938 informou que foi debatido sobre as ações de articulação com o estado do Pará e do Amazonas e a
939 comissão estabeleceu a elaboração de um ofício para os governadores do Amazonas e do Pará. O
940 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira salientou a importância de enviar um ofício ao governador,
941 principalmente do Amazonas no sentido de informar que existem conferências municipais em
942 andamento que elegerão seus delegados para o estado e que o estado precisa encontrar uma maneira
943 de recepcionar os delegados. Iniciada a votação, foi aprovada a nota. Ato seguinte, sobre a dilatação
944 de prazo das conferências municipais e o questionamento de vários municípios sobre a organização
945 da conferência, a Sra. Izana Aparecida Barbosa anunciou que a comissão técnico-científica elaborou
946 um caderno de perguntas e respostas esclarecendo prazos e perguntas enviadas por *e-mail* e por
947 *WhatsApp* e sendo aprovado, a comissão organizadora disponibilizará na Plataforma +Brasil, serão
948 enviados aos conselheiros estaduais, municipais e ao Conade. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira
949 arrazoou que a dilatação pode ser discutida entre o conselho estadual e municipal, desde que não
950 atrapalhe o fluxo de tramitação e não interfira na data de envio para a esfera federal. Sobre as

951 demandas oriundas da reunião realizadas com o FORBRACE, a deliberação foi no sentido de
952 compartilhar o *e-mail* das demandas do FORBRACE a todos os membros da CAC, avaliar e
953 construir um planejamento dos trabalhos da CAC de 2024 com a participação do FORBRACE.
954 Sobre os convites de participação em conferências e questionamentos a deliberação foi indicar um
955 membro da CAC e na impossibilidade, indicar um membro da comissão técnica para representar o
956 CONADE. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira asseverou que o fluxo será seguido e enviado
957 outro representante caso necessário. Logo após, a Sra. Izana Aparecida Barbosa informou que na
958 pesquisa de formação dos presidentes e vice-presidentes foram recebidos até o momento três
959 respostas. A Conselheira Rita de Cassia Santos de Santana salientou a importância da capacitação
960 dos conselheiros e propôs reencaminhar o formulário e se for necessário ajustar. O Conselheiro
961 Clóvis Alberto Pereira concordou. A Presidenta Ana Paula Feminella discorreu sobre as
962 dificuldades nos conselhos, sendo importante a atualização de dados. Propôs à comissão
963 organizadora estudar a possibilidade de ter conferências livres, principalmente em territórios que
964 não tem conselho. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné declarou que a comissão não
965 considera viável realizar conferências livres e que pode ser elaborado um modelo para outras
966 conferências. A Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra concordou, mas discorreu sobre a
967 dificuldade enfrentada pelos municípios que não tem conselhos. A Presidenta Ana Paula Feminella
968 ponderou que pode ser apresentada proposta a comissão da conferência. A Conselheira Rita de
969 Cassia Santos de Santana salientou a importância de criar estratégias para que os municípios que
970 não possuem conselhos tenham voz. O Conselheiro Décio Gomes Santiago manifestou preocupação
971 quanto as conferências livres. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães sugeriu direcionar a criação
972 de uma proposta à comissão da infraestrutura ou da conferência. A Conselheira Rita de Cassia
973 Santos de Santana externou preocupação com a segurança jurídica e o tempo. Sugeriu um prazo de
974 retorno para a comissão organizadora da conferência para fornecer propostas. A Presidenta Ana
975 Paula Feminella aconselhou a requisição de proposta de texto pela secretaria, encaminhar para a
976 Conjur e na próxima semana enviar para a comissão técnica da V conferência. O Conselheiro Luís
977 Maurício Alves dos Santos salientou a importância do monitoramento dos conselhos municipais
978 pelos conselhos estaduais, sendo fundamental a conferência alcançar os municípios que não tem
979 conselhos. O Sr. Claudionor Araújo discorreu sobre a importância da presença do Conade nos
980 estados, de ter união, ser motivador da política, e do Conade orientar os estados. Cientificou que no
981 dia 21 haverá a posse dos conselheiros do estado do Pará. Sugeriu definir um prazo até dezembro

982 sem afetar a conferência e debater quem pode ser delegado. A Sra. Letícia Farias Françoço pontuou
983 foi solicitada a prorrogação de conferências para ampliar a participação da sociedade civil. O
984 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné explicou que a comissão organizadora elaborou um
985 documento orientador respondendo que cabe ao estado decidir se prorrogará, desde que não interfira
986 no prazo final de envio de documentação para a Conferência Nacional e foi discordado quanto a
987 aplicação de conferências livres. Declarou que a formação de conferências sem conselhos pode
988 desestimular a criação de conselhos. O Conselheiro Joelson Costa Dias discorreu sobre o papel do
989 Conade com relação aos conselhos. Propôs que fosse distribuída a comissão responsável como
990 processo administrativo para acompanhar, criar diretrizes e garantir a criação de conselhos. A
991 Presidenta Ana Paula Feminella ponderou que a CAC será responsável por construir diretrizes para
992 a criação de conselhos municipais. Propôs que na próxima semana a secretaria realize uma análise,
993 consulte a ConJur e apresente a comissão técnica posteriormente. Ato contínuo, foi iniciado o relato
994 da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa
995 com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão pelo Conselheiro Joelson Costa Dias. O
996 Conselheiro Joelson Costa Dias cientificou que foi elaborada nota técnica com o auxílio do
997 Conselheiro Adinilson Marins dos Santos da Apresentação do Relatório da Comissão de Defesa e
998 Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e foi analisada por outros membros sobre o caso
999 Sônia Maria de Jesus de trabalho análogo a escravidão. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos
1000 concordou. Após a leitura do parecer, declarou que o processo está em tramitação e que a comissão
1001 sugere o encaminhamento do caso ao ministro dos Direitos Humanos com a sugestão de provocar a
1002 Advocacia-Geral da União e a Procuradoria Geral da República, ao Ministério Público Federal,
1003 Polícia Federal, Ministério Público do Trabalho, Conselho Nacional de Justiça, Ministério das
1004 Mulheres e a Presidência do STJ e ministros do STJ e Supremo Tribunal Federal. Salientou a
1005 importância da Associação Nacional dos(as) Membros(as) do Ministério Público de Defesa dos
1006 Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência na composição do Conade. A Presidenta
1007 Ana Paula Feminella arrazoou sobre a importância dos direitos civis e humanos. Afirmou que o
1008 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que manifestou sobre o caso e se colocou à
1009 disposição da rede de proteção da Sra. Sônia Maria de Jesus. A Sra. Priscila Nogueira parabenizou a
1010 nota, aconselhou resguardar as condições de comunicação da Sra. Sônia Maria de Jesus e anexar um
1011 parecer dando direito de comunicação, podendo ser elaborado pela FENEIS. A Presidenta Ana
1012 Paula Feminella concordou e sugeriu resgatar a atuação do Conade com a Comissão Nacional de

1013 Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e a manifestação do ministro Silvio Luiz de
1014 Almeida por *e-mail*. A Conselheira Cintia Bastos Bemerguy asseverou que o caso surgiu de uma
1015 operação coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em conjunto com outras instituições,
1016 portanto, do ponto de vista administrativo houve a constatação da ação. Complementou informando
1017 que a Secretaria de Inspeção do Trabalho está trabalhando para que os direitos da trabalhadora
1018 sejam preservados. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates concordou, solicitou o
1019 encaminhamento da nota, anunciou que a FENEIS está apoiando e declarou que a comunicação é
1020 possível de forma intralingual. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães parabenizou a nota, salientou
1021 a importância da inclusão e recomendou convocar o conselho local para acompanhar o caso. O
1022 Conselheiro Joelson Costa Dias cientificou que realizará conforme as alterações. O Conselheiro
1023 Magno Prado Gama Prates se disponibilizou para traduzir o documento em libras para divulgação.
1024 Iniciada a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade com complementações. Em seguida, foi
1025 iniciado o relato da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. A
1026 Sra. Graziela de Castro Oliveira Gualberto, apoio do Conselheiro Adinilson Marins dos Santos, leu
1027 o parecer final sobre violação no Amazonas sobre isenção total do IPVA. Foi explicado que no
1028 estado do Amazonas é previsto pela lei estadual 50% de isenção do IPVA para as pessoas com
1029 deficiência e em outra lei foi concedido 100% de isenção para os responsáveis das pessoas com
1030 deficiência e 50% para as pessoas com deficiência. Foi explicado que requerente enviou o caso ao
1031 Ministério Público e o que Ministério Público respondeu que mesmo sendo contraditório nada
1032 poderia ser realizado, pois poderia interferir na repartição de poderes, portanto, foi sugerido enviar a
1033 Comissão de Políticas Públicas para endereçar ao governo de Amazonas no intuito de demonstrar a
1034 incoerência. Foi acrescentado que houve caso parecido com a taxa de estacionamento, o que foi
1035 sugerido o encaminhamento para a Comissão de Políticas Públicas e para a Assembleia Legislativa
1036 do estado. Na sequência, foi relatado violação com aluna autista de medicina em Pato Branco. Foi
1037 proposto que seja oficiado o Centro Universitário de Pato Branco para que forneça informações do
1038 presente caso, no sentido de informar se a reitoria tinha conhecimento sobre os fatos apresentados
1039 na denúncia, se existe algum procedimento interno para a apuração das agressões sofridas pelos
1040 solicitantes e por qual razão a coordenação do curso não adotou a metodologia empregada na
1041 atividade mencionada, no sentido de viabilizar sua realização por parte da solicitante. Foi sugerido
1042 oficializar ao Ministério Público do Estado do Paraná, ao Ministério da Educação e órgãos de
1043 proteção dos direitos da pessoa com deficiência no âmbito municipal, estadual e local. A

1044 Conselheira Rita de Cassia Santos de Santana sugeriu acionar um órgão relacionado a diversidade
1045 étnico-racional e verificar se há na instituição Núcleo de Apoio as Pessoas com Deficiência na
1046 universidade. Iniciada a votação, o relato da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das
1047 Pessoas com Deficiência. A Presidenta Ana Paula Feminella sugeriu que seja realizada a análise
1048 jurídica e enviada na próxima semana à comissão organizadora. Todos concordaram. Em seguida,
1049 foi apresentado as Comissões Temáticas da V Conferência Nacional pelo Conselheiro Roberto
1050 Paulo do Vale Tiné. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné explicou que foi elaborado um
1051 documento orientador que será enviado a todos os conselheiros para obter uma resposta até terça-
1052 feira e enviar para os conselhos estaduais até quarta-feira. Adicionou que foi decidido que o Centro
1053 Internacional de Convenções do Brasil é o mais adequado para realizar a conferência, que foi
1054 analisado também o Centro de Convenções Ulysses Guimarães e que deve ser decidido mais
1055 detalhes para o processo licitatório. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães asseverou que visitou os
1056 locais e recebeu apenas um relatório sobre algumas informações. A Sra. Izana Aparecida Barbosa
1057 advertiu que foi enviado por *e-mail* uma planilha com número. O Conselheiro Cesar Ackar
1058 Magalhães solicitou o envio de informações por *WhatsApp*. Foi concordado. O Conselheiro Clóvis
1059 Alberto Pereira noticiou que foi enviado por *e-mail* e afirmou que a secretaria está dialogando com
1060 a sociedade civil. O Conselheiro Daniel Faganello sugeriu fazer uma vistoria após a definição do
1061 local e manifestou preocupação com a acessibilidade interna e externa. Sugeriu a discussão do
1062 assunto com o Governo do Distrito Federal. Iniciada a votação, foram aprovados os
1063 encaminhamentos por unanimidade. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos apresentou placa
1064 ao Conade em reconhecimento aos trabalhos realizados que foi entregue por Sessão Solene na
1065 Câmara dos Deputados. **ENCERRAMENTO 15/09/2023:** Feitos os agradecimentos e não havendo
1066 mais nenhum item a ser tratado a Presidenta Ana Paula Feminella agradeceu a presença de todos e
1067 encerrou a 134ª Reunião Ordinária do CONADE.

1068

1069

1070

1071

1072

1073

Ana Paula Feminella

1074

Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE

1075

1076

1077

1078

1079

Setembro de 2023